LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: TRABALHANDO COM A POTENCIALIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR

https://doi.org/10.56238/levv16n46-058

Data de submissão: 15/02/2025 **Data de publicação:** 15/03/2025

Verônica van Dijk Kawagushi
Universidade Paulista - SP
veronica.kawagushi@aluno.unip.br

Lisienne Navarro
Profª Drª
Universidade Paulista - SP
lisienne.silva@docente.unip.br

RESUMO

O autismo foi inicialmente descrito por Eugen Bleuler em 1911 e, mais tarde, aprofundado por Leo Kanner em 1943, que associou o transtorno a sintomas como isolamento social e comportamentos repetitivos. Em 1944, Hans Asperger complementou os estudos, destacando a prevalência no sexo masculino e habilidades específicas. O termo "espectro autista" surgiu para abranger a diversidade de sintomas. A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas regulares é essencial para o desenvolvimento social e pessoal. Embora o diagnóstico de TEA tenha avançado, ainda há debates sobre suas causas, com fatores genéticos e ambientais em estudo.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão escolar.

1 INTRODUÇÃO

A origem do termo “autismo” e das discussões sobre ele, tem como marco o ano de 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que descreveu a situação de fuga da realidade, de pacientes esquizofrênicos, para um mundo interior (Marfinati e Abrão, 2014). Logo tivemos a publicação, em 1943 de uma pesquisa realizada pelo psiquiatra Leo Kanner, sobre a observação de 11 crianças que permaneceram em isolamento extremo desde o nascimento e tinham a obsessão de conservar objetos no mesmo lugar e não aceitavam mudanças na rotina, na obra Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo.

A partir de seus estudos com crianças que possuíam o transtorno, Kanner refutou a ideia antes proposta que apontava os pais como os principais causadores do autismo nos filhos e concluiu que se tratava de uma síndrome rara com características muito únicas como, isolamento social, comportamentos excessivamente repetitivos e atraso no desenvolvimento da linguagem.

A identificação do transtorno pode também ser atribuída ao médico austríaco Hans Asperger que, em 1944, quando publicou um artigo descrevendo sintomas parecidos com aqueles estudados por Leo Kanner, ressaltando que acontecia com um índice maior no sexo masculino, mas com alta habilidade em falar sobre um determinado tema. Esse estudo tomou força em 1980, quando obteve o reconhecimento da academia.

É devido a esta heterogeneidade de características que, hoje, o termo mais aceito é “espectro autista”, uma vez que engloba todo e qualquer sintoma apresentado por aqueles que possuem TEA.

A Organização Pan Americana da Saúde em conjunto com a Organização Mundial da Saúde, divulgou que no mundo, aproximadamente 1 em cada 160 indivíduos fazem parte do espectro, ademais, com base neste estudo, estima-se que cerca de 10% da população brasileira possui autismo (prévia Censo IBGE, 2022). Devido a estes fatos, em dezembro de 2012, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, passou a reconhecer e garantir o direito de a criança frequentar o ensino regular. Esta conquista possui extrema importância, uma vez que, a interação na escola cria um espaço para o desenvolvimento pessoal e, consequentemente, facilita o processo de inclusão social.

A família é o primeiro passo de socialização da criança, entretanto é na escola que o indivíduo se desenvolve, assim sendo, escola e ambiente familiar devem estar conectados. Os processos utilizados para a aprendizagem na instituição escolar devem ser apresentados aos pais, para que estes possam dar continuidade em casa e auxiliar no processo educativo.

Segundo Síglia Pimentel Höher Camargo e Cleonice Alves Bosa (2009), para que o isolamento de crianças com autismo seja impedido, é necessário proporcionar oportunidades para que convivam com outras crianças da mesma faixa etária, estimulando a capacidade interativa. É recomendável que crianças com Transtorno do Espectro do Autismo, frequentem o ensino regular, uma vez que este gera os conhecimentos necessários para que a inclusão social ocorra.

Entretanto vale ressaltar que, as instituições escolares devem proporcionar cursos de capacitação para os professores, a fim de que estes estejam mais aptos para receber alunos com TEA, transformando a experiência escolar em algo positivo, ademais, possibilita que tais crianças levem os ensinamentos aprendidos para vida.

Atualmente, é possível observar como as escolas estão despreparadas para receberem alunos com condições diferentes em sala de aula, em especial aqueles que possuem Transtorno do Espectro Autista- TEA. É esperado que o professor proporcione um ambiente confortável e seguro de aprendizado para todos os alunos, contudo, vê-se que o ensino está defasado nesse sentido. Muitos profissionais não têm embasamento teórico para desenvolver alunos com TEA, tendo em vista, que eles necessitam de uma educação específica que atenda às suas necessidades.

A diversidade no meio social e, especialmente no ambiente escolar, é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem (Mantoan, 1998). Logo, fica claro que a inclusão escolar proporciona benefícios a todos e não apenas para os que possuem o transtorno.

O aprendizado de tarefas simples do dia a dia, tal como relacionar-se e conhecer pessoas novas, gera autonomia e independência às crianças com TEA e, uma vez que tais comportamentos sejam aprendidos, é possível que a aprendizagem do conteúdo escolar propriamente dito, como a alfabetização e conhecimentos matemáticos, torne-se mais fácil.

Os objetivos gerais da pesquisa giraram em torno de identificar as principais dificuldades de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no que concerne à inclusão social e escolar e propor resoluções de fácil acesso a estes. Já os objetivos específicos foram: mostrar a importância da realização de cursos e capacitações para professores e desenvolver a discussão a respeito da necessidade da inclusão escolar como primeira instância para o desenvolvimento pessoal de crianças com TEA.

Assim sendo, as perguntas que permearam a pesquisa foram: Como a escola pode ajudar na inclusão social? Quais melhorias são necessárias para que isto aconteça?

Para responder tais perguntas, foram feitas investigações bibliográficas em livros e artigos na internet, além de pesquisas com os professores e responsáveis por crianças com Transtorno do Espectro Autista e os principais autores que ajudaram nessa pesquisa são: Eugênio Cunha, Francisco B Assumpção Jra, Ana Cristina M Pimentel e Vygotsky. Sob esse viés, a hipótese levantada, diz respeito à falta de conhecimento dos funcionários da instituição escolar sobre o tema, a falta de preparo da sociedade para uma inclusão efetiva e a escassez de cursos capacitores para docentes.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUAS DESCOBERTAS

Até o presente momento, o Transtorno do Espectro Autista é reconhecido como um espectro e o termo utilizado refere-se à enorme abrangência que o transtorno traz, haja vista que não é possível descrever todos os indivíduos com TEA da mesma forma. Sendo assim seu tratamento também deve ser específico e feito por profissionais capacitados.

De acordo com a definição proposta pela Organização Pan-Americana de Saúde, o Transtorno do Espectro Autista é

> [...] uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva. (Organização Pan-americana de Saúde, s.d.)

Ao contrário desta definição, há muitos anos, não se pensava dessa forma. Uns dos primeiros termos a ser introduzido foi o "autismo", o surgimento deste é carregado de estereótipos e pré-julgamentos, uma vez que era visto como uma doença única e generalizada, além de ser descrito, pela abordagem psicodinâmica, como uma forma de psicose infantil e ser relacionada, pelo próprio Leo Kanner, com fenômenos da esquizofrenia.

Desde o início dos estudos acerca do transtorno, a questão que mais permanece é: o que causa o Transtorno do Espectro Autista? Para responder tal pergunta, é preciso fazer um breve histórico desde a sua descoberta até os dias atuais.

O Transtorno foi descoberto pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuer em 1908 e somente em 1943, com o estudo realizado por Leo Kanner, que o TEA ganhou mais notoriedade. Com essa fama, surgiram também questionamentos acerca da sua origem. O contexto que predominava na época era de respostas que, oriundas das formulações psicanalíticas, focavam apenas nas falhas dos pais, principalmente das mães. Dizia-se que a causa do "autismo" era devido à maneira como uma mãe amava o filho e até mesmo a falta desse amor materno. O termo "mãe geladeira", criado pelo próprio Kanner com intuito de descrever características defeituosas, falta de carinho verdadeiro e a incapacidade de as mães gostarem dos filhos como eram, foi o que impulsionou a visibilidade de seus artigos e em 1948, foi à revista *Time* e deu uma entrevista dizendo

> que "as crianças, [...] eram mantidas cuidadosamente em uma geladeira que não descongelava" (Revista Time, *Medicine: Frosted Crhildren,* 1948, s/d)

Após a repercussão da reportagem, cada vez mais, mães se reuniam para debater sobre o assunto e buscar ajuda em outras mulheres que viviam a mesma realidade, dessa forma uma rede de apoio mútua foi se criando e uma narrativa que colocava os pais como herois e não os causadores, foi surgindo.

Sabe-se que não há provas que sustentam a teoria proposta por Kanner, entretanto a causa do Transtorno do Espectro Autista ainda está sendo discutida. Na década de 1950, o TEA era inserido na categoria de Reação Esquizofrênica do Tipo Infantil e foi somente na década de 1980 que o termo "Transtorno Autista" foi inserido pela primeira vez em manuais médicos de classificação. A partir da terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais, o termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) foi inserido para descrever aqueles transtornos que eram identificáveis logo na infância e incluía: Transtorno Autista, Transtorno de Asperger, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças - 11 (CID - 11), devido à sua abrangência, os sintomas do Transtorno do Espectro Autista podem ser vistos já na primeira infância, porém o diagnóstico ainda leva tempo para ser realizado. Então, atualmente o DSM-5 descreve as características centrais do transtorno em dois âmbitos, a comunicação social e os comportamentos, além de aconselhar médicos a utilizarem uma tabela com três níveis de severidade, com o objetivo de diagnosticar o grau de apoio necessário em cada caso. Recentemente têm-se observado certo aumento nos casos de TEA e isso se deve à melhoria de instrumentos que diagnósticos, aumento de centro de referências e um maior conhecimento por parte da população.

Considerando sua etiologia, o TEA possui aspectos genéticos e ambientais e os atuais estudos ressaltam alguns fatores que podem influenciar na causa do transtorno, dentre elas as idades avançadas dos pais, complicações no parto, uso de ácido valproico (remédio utilizado para tratamento de Transtorno Bipolar, epilepsia e enxaqueca) e principalmente a associação com outras condições genéticas ou cromossômicas (Carlos Schmidt, 2017). Da última característica, destaca-se a síndrome do X-Frágil, visto que

> "trata-se de uma repetição exagerada de um grupo de bases nitrogenadas presentes no cromossomo X, essa repetição leva a uma hipermetilação que impede a formação de uma proteína essencial para a manutenção do sistema nervoso." (João V. S. C. Coutinho e Rosa M. V. Bosso, p. 13). Desse modo, faz-se necessária a investigação da síndrome em casos de TEA.

É importante ressaltar que a genética do transtorno é complexa, haja vista que há uma combinação de múltiplos genes e anomalias cromossômicas. Os mais estudados são: genes da família SHANK, que são aqueles que codificam proteínas envolvidas na manutenção geral das sinapses e na perpetuação do neurotransmissor glutamato na membrana pós-sináptica, cromossomo 15, responsável pela codificação do receptor GABA que possui função de combate à ansiedade, estresse e medo, cromossomo 17, que codifica genes envolvidos nas sinapses e na perpetuação da serotonina e os cromossomos 7 e 2 que estão relacionados à linguagem.

Assim sendo, é possível observar que ainda não há uma conclusão definitiva acerca da origem do Transtorno do Espectro Autista, contudo diversos estudos estão por vir e a causa possui mais notoriedade hoje do que antigamente.

3 NÍVEIS DE SUPORTE E SUAS POTENCIALIDADES

O Transtorno do Espectro Autista, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição (DSM V, 2013) e a Classificação Internacional de Doenças - 11ª edição (CID 11, 2022), caracteriza-se por déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamento, interesse e atividades repetitivos e/ou restritivos, pouca flexibilidade para a mudança de rotina, presença de ecolalia e falas estereotipadas e entre outros. Atualmente, o Transtorno é entendido como um espectro, sendo assim, verificou-se a necessidade de classificações mais específicas acerca desse. Portanto, hoje, é possível classificar o Transtorno em 3 níveis: nível 1 de suporte, nível 2 de suporte e nível 3 de suporte.

No presente momento existem várias escalas e testes que ajudam o profissional de saúde a classificar e diagnosticar um indivíduo com TEA, entre elas estão a Escala de Avaliação do Autismo na Infância (CARS), a Lista de Verificação Modificada para Autismo em Crianças (M-CHAT), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição (DSM V), o Inventário de Comportamentos Autísticos (ICA), dentre outros (Fernandes, Girianelli, Tomazelli, 2020). Para a realização deste trabalho serão utilizadas apenas a Escala de Avaliação do Autismo na Infância (CARS) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição (DSM V).

A Escala de Avaliação do Autismo na Infância (CARS) foi criada na década de 1980 por Schopler, Reichler e Renner e posteriormente traduzida e adaptada para o Brasil por Pereira et al em 2007 (Santos *et al*., 2016). Trata-se de um dos instrumentos mais utilizados pelos profissionais de saúde brasileiros no auxílio do diagnóstico de uma criança com Transtorno do Espectro Autista. O teste é composto por 15 itens e cada item possui uma escala de até 4 pontos que são dados de acordo com as respostas fornecidas, ao final da entrevista realiza-se a soma desses pontos e a classificação entre normal/sem autismo, autismo leve, autismo moderado e autismo grave. (Rapin, Goldman, 2008).

Já o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição (DSM V), foi criado na década de 1950 pela American Psychiatric Association (APA) com o objetivo de classificar e sistematizar os transtornos mentais. Atualmente utiliza-se a quinta edição lançada em 2013. O manual conta com 22 categorias de sistematização e o Transtorno do Espectro Autista encaixa-se na de Transtornos do Neurodesenvolvimento. Os níveis do TEA são classificados de acordo com "a gravidade [...] em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos" (DSM V, 2014, p. 50.), além da necessidade de apoio que o indivíduo precisa para conviver

em sociedade. Dessa forma, os níveis são divididos em nível 1 de suporte, nível 2 de suporte e nível 3 de suporte.

O nível 1 ou autismo leve, é caracterizado por necessitar de pouco apoio. De acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição (DSM V), o primeiro nível possui tentativas de interações comumente vistas como “estranhas" por outras pessoas, dificuldade na mudança de atividades e de rotinas e pouco interesse na socialização. Para a Escala CARS, o autismo leve é aquele que possui a somatória de 30 a 36 pontos, ou seja, apresenta poucos sintomas como imitação de comportamentos simples, interesse atípico por objetos e fala com leve atraso.

O nível 2 de suporte ou autismo moderado, segundo o DSM V, necessita de um pouco mais de apoio e apresenta características como interação limitada a assuntos específicos, comportamentos repetitivos, sofrimento ao mudar o foco e utilização de frases simples. E para a Escala CARS, no autismo moderado, o indivíduo pode demonstrar certa indiferença perante outros, respostas emocionais excessivas ou inibidas, comportamentos “estranhos" (andar nas pontas dos pés, beliscar) e possível fala ausente. É classificado com uma pontuação de 30 a 36 pontos e é diferenciado do autismo leve por apresentar uma quantidade maior de sintomas.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5 edição, classifica o nível 3 de suporte como pessoas que necessitam de muito apoio e que possuem fala inteligível, uso de poucas palavras, pouquíssima interação social, reação somente a abordagens muito diretas e grande dificuldade na mudança de foco. Já para a Escala CARS, a pontuação que classifica o autismo grave é de 36 a 60 pontos e apresenta muitos sintomas como uso de gestos sem significado, falas e gritos sem sentido, seletividade alimentar elevada, reações emocionais que não condizem com a situação, não inicia relações sociais e acessos de raiva frequentes.

A Escala de Avaliação do Autismo na Infância acrescenta ainda a categoria normal/sem autismo que não está presente no DSM V. Essa categoria possui escore de 15 a 30 pontos e são aqueles indivíduos que não apresentam características do Transtorno.

É possível observar que alguns sintomas estão presentes em todas as classificações como estereotipias, ecolalia, inflexibilidade na mudança de rotina, dificuldade na socialização e entre outras, dessa forma, é necessária a realização de vários testes avaliativos para definir se de fato há o Transtorno do Espectro Autista e qual o seu respectivo grau. Há também a possibilidade da evolução de um nível para o outro, todavia, não existe cura para o Transtorno do Espectro Autista visto que é um Transtorno do Neurodesenvolvimento. Essa possibilidade de evolução é possível através de um trabalho multidisciplinar em conjunto com a escola e a família.

4 INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR

Promover a integração social consiste na inserção na comunidade de grupos de indivíduos que ao longo da história foram deixados de lado nesse processo, bem como aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, quando falamos sobre inclusão, estamos em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a Constituição Federal de 1988, que defendem direitos que devem ser garantidos a todos, sem exceção. É importante ressaltar que sociedades com elevados níveis de exclusão social também enfrentam diversos outros desafios, tais como o crescimento da criminalidade, índices de pobreza e obstáculos ao progresso.

A escola inclusiva é uma proposta atual na melhoria da educação para todos. Se fundamenta em valores que visam estimular a aceitação das diferenças de cada indivíduo, reconhecer a importância de cada um, fomentar o trabalho em equipe e estimular a convivência com a pluralidade de seres humanos. Assim sendo,

> A educação inclusiva é a responsável por incluir todos os alunos no ambiente escolar, buscando valorizar as diferenças e entender a necessidade de cada um individualmente, para que assim o professor consiga analisar cada dificuldade e barreira que seu aluno tenha para ter sua formação plena (Gasparelo et al, 2019, p.162).

Fica claro, portanto, que a inclusão não só é necessária, como é crucial para o desenvolvimento da criança, afinal a escola é a mediadora entre indivíduo e sociedade. É importante ressaltar que a inclusão não deve ser falada apenas para os alunos com Transtorno do Espectro Autsita, é necessário que todos saibam os efeitos de uma boa inserção na sociedade para que não haja uma diferenciação entre os indivíduos no âmbito escolar.

4.1 HISTÓRICO LEGAL DA INCLUSÃO

Ao falar sobre inclusão é preciso ter um olhar crítico e histórico, hoje os direitos como saúde, passe livre em transportes, inserção no mercado de trabalho e fornecimento gratuito de medicamento são garantidos, todavia, nem sempre foi assim. A conquista de tais direitos é proveniente de um movimento árduo e demorado, com a participação principalmente de pais, que lutaram e ainda lutam para a promoção da igualdade e inclusão. Foi a partir da criação de instituições como Associação de Amigos do Autista (AMA) que a pressão popular foi crescendo e os pais começaram a ser ouvidos, dessa forma, não é possível falar de inclusão sem citar a luta dos cuidadores no processo. Para melhor entendimento dos aspectos jurídicos, faz-se necessário um breve histórico legal acerca dos direitos garantidos à pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

A Constituição Federal Brasileira foi promulgada no dia 5 de Outubro de 1988, e com ela, o direito à igualdade foi garantido. Contudo, foi somente em 2012 que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764) foi criada com o objetivo de assegurar alguns direitos às pessoas com o Transtorno como acesso ao mercado de trabalho,

acompanhante especializado, uso do Plano Educacional Individualizado e atendimento multiprofissional (BRASIL, 2012). Já em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (nº 13.146), mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituída com o objetivo de garantir o direito à igualdade. Esta Lei é "destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015). No município de São Paulo, a Lei Romeo Mion, n 13.977, foi promulgada em 2020 visando a ampliação dos direitos de pessoas com TEA e a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), com expedição gratuita e válida em todo país. (BRASIL, 2020).

Uma data importante a ser lembrada é o dia 2 de Abril, que é considerado o Dia Mundial de Conscientização sobre o autismo, criado pela Assembleia Geral da ONU em 2007. Esse dia tem como objetivo conscientizar a população acerca do Transtorno do Espectro Autista e suas potencialidades (NUB, 2024). Datas como essa são de extrema importância para o movimento, já que dão visibilidade a um tema tão iminente. Por isso, no dia 2 de abril de 2024, a Organização das Nações Unidas promoveu o evento comemorativo "Passando da sobrevivência para a prosperidade: Pessoas com autismo compartilham suas perspectivas" envolvendo diversos países e profissionais que discorreram acerca da importância de se falar sobre o tema para que cada vez mais todos possam ter seus direitos assegurados.

A Associação de Amigos do Autista (AMA), é uma instituição beneficente sem fins lucrativos que foi criada em 1983 por pais de crianças com TEA visando a construção de um futuro digno e amparador para seus filhos (AMA, s.d.). Apesar da AMA ser relativamente recente, a luta dos pais já existia em 1948, quando o médico Leo Kanner utilizou o termo "mãe de geladeira" para se referir às mães que cuidavam de crianças com espectro autísta. Esse termo era usado de forma pejorativa e culpava as mães pelo fato dos filhos possuírem "autismo", com o passar do tempo, uma rede de apoio mútua foi sendo criada e a narrativa de que os pais são os herois e não os culpados foi adotada e persevera até hoje.

Essas leis e movimentos, destinados ao público com Transtorno do Espectro Autista, são de suma importância, uma vez que são um passo enorme em direção à inclusão. Entretanto, para que essa inclusão ocorra, é essencial que haja um preparo multiprofissional nas escolas, podendo contar com psicólogos escolares, professores, diretores e nutricionistas, valorizando sempre a necessidade individual de cada aluno, afinal é na escola que a inclusão social começa. Ademais, a participação dos pais deve ser incentivada a todo momento, uma vez que a aceitação é o primeiro passo para a inclusão.

4.2 FAMÍLIA E PSICÓLOGO NA ESCOLA: UM TRABALHO EM CONJUNTO

A família é a instituição que agrega valores, moralidades e princípios na personalidade das crianças, possuindo assim papel fundamental na formação do caráter dessas. Para Vigotsky (1997), o núcleo familiar é o primeiro espaço de socialização de uma criança, tornando-se assim um meio de construção de personalidade através da inserção num determinado âmbito cultural, entendendo cultura da forma de um "grupo cultural como fornecendo ao indivíduo um ambiente estruturado, onde todos os elementos são carregados de significado". (OLIVEIRA, 1997, p. 37). É através das relações culturais e sociais que o indivíduo desenvolve suas questões psicológicas e pessoais, sendo assim, a criança, inevitavelmente, está impregnada de significações advindas do meio que está inserida e por esse motivo, a educação inclusiva vai muito além das paredes das escolas e deve valorizar a individualidade de cada ser, e para que isto aconteça, é necessário que escola e família estejam alinhados em prol do desenvolvimento dos alunos.

A chegada de uma criança com Transtorno do Espectro Autista pode assustar muitos pais, afinal, essa precisará de uma atenção diferenciada que é desconhecida pela maioria. Nesse momento, o conhecimento e a rede de apoio são de suma importância, isto é, reconhecer as necessidades únicas do seu filho e atendê-las o torna mais preparado para a sociedade.

Na maior parte dos casos, os familiares possuem diversas dúvidas acerca do Transtorno, impossibilitando-os de ajudar da forma correta o aluno, dessa forma, a escola, juntamente com o psicólogo, pode e deve oferecer o apoio necessário a esses pais. O profissional de psicologia, de acordo com o Conselho Regional de Psicologia do Paraná

> [...] desenvolve, apoia e promove a utilização de instrumental adequado para o melhor aproveitamento acadêmico do aluno a fim de que este se torne um cidadão que contribua produtivamente para a sociedade. [...] Para isto, o psicólogo escolar desenvolve atividades direcionadas com alunos, professores e funcionários e atua em parceria com a coordenação da escola, familiares e profissionais que acompanham os alunos fora do ambiente escolar. (CRP - PR, 2007).

Assim sendo, o psicólogo escolar, além de ser um agente de mudança no meio que trabalha, também possui a função de orientar os cuidadores responsáveis pela criança com o objetivo de tirar suas dúvidas, encaminhar para instituições que possuam atendimento multidisciplinar e explicar a importância da continuação do trabalho dentro de casa, visto que, para crianças com Transtorno do Espectro Autista, a rotina é indispensável.

4.3 A ESCOLA COMO MEDIADOR DA INCLUSÃO

O professor possui papel fundamental no desenvolvimento do aluno e é necessário que esteja preparado para receber as demandas do aluno com TEA. Saber lidar com crises, estereotipias e principalmente entender que cada indivíduo é diferente e precisa de uma atenção específica, também

é função do educador. Para que um ambiente seja inclusivo, é imprescindível que os profissionais que ali trabalham sejam capacitados, afinal para crianças com Transtorno do Espectro Autista, o preparo multidisciplinar é indispensável para o desenvolvimento de suas habilidades.

Para Eugênio Cunha (2019),

> A educação nas escolas inclusivas, independentemente do grau de severidade, deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e na sala de ensino comum, favorecendo a sociabilidade, porque incluir é aprender junto. (CUNHA, 2019, p.32-33)

Desse modo, a escola juntamente com o professor, deve ser capaz de atrair o aluno para que a educação ocorra de uma forma mais facilitada. Olhar no olho da criança, se interessar pelas atividades que ela gosta, usar comandos simples e chamar a atenção utilizando fotos, músicas e histórias são alguns exemplos de como cativar um aluno com Transtorno do Espectro Autista. Assim sendo, apesar de existirem várias formas de conquistar o aluno, trabalhar com o afeto e valorizar a diversidade, são os aspectos mais essenciais, já que nenhuma criança possui as mesmas habilidades que outra e é através do amor pela profissão que os resultados são mais eficazes.

A linguagem, é outro aspecto importante no desenvolvimento de alunos com TEA. De acordo com Vygotsky (1934), essa é um meio de comunicação social que tem como base os hábitos sociais da cultura que o indivíduo nasceu, além de possuir papel fundamental na formação do pensamento e do caráter da criança. Para ele, o significado das palavras, portanto, proporciona a mediação entre indivíduo e mundo e é quando fala e pensamento se unem, formando a comunicação. Para a maioria das crianças com o Transtorno, o discurso muitas vezes é não funcional, isto é, por mais que apresentem frases complexas, elas são sem sentido para o contexto da conversa, ademais, juntamente com essa fala sem significado, há a presença da ecolalia, que "consiste em uma repetição mecânica, ou seja, as crianças com TEA ouvem as palavras e as repetem constantemente, sem que tenham relação com o contexto no qual estão inseridas naquele momento" (SILVA, 2020, p. 182). Essas características, no entanto, podem e devem ser tratadas com o objetivo de fortalecer a autonomia e independência de tais crianças, algumas técnicas como, dar função à fala da criança, fazer perguntas com mais de uma opção de resposta e o uso de brinquedos, histórias e músicas que estimulem o falar são eficazes, afinal, a comunicação é um dos principais pilares para o desenvolvimento humano e para o fortalecimento de relações sociais.

Outros aspectos que devem ser considerados são os níveis de desenvolvimento real e potencial propostos por Vygotsky (1997). A zona de desenvolvimento real consiste nas etapas já aprendidas pela criança, aquelas que estão consolidadas na mente e que podem ser realizadas de forma independente, já a zona de desenvolvimento potencial é aquela na qual o indivíduo realiza atividades com a ajuda de algum adulto, isto é aquilo que ainda será aprendido. À vista disso, fica claro que qualquer forma de aprendizado se dá por meio da mediação, seja ela aluno-professor, família-criança ou escola-aluno, por

esse motivo um ambiente com profissionais bem preparados e com um currículo escolar funcional é de suma importância quando se fala de educação inclusiva, é através desses recursos que um aluno com Transtorno do Espectro Autista torna-se mais independente e preparado para o mundo afora.

Um currículo escolar funcional é aquele que atende a maioria ou todas as demandas de um aluno, no caso de crianças com TEA, são muitas as possibilidades que auxiliam nesse fator, contudo para fins do projeto serão utilizados o plano Educacional Individualizado (PEI) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O Plano Educacional Individualizado (PEI) foi inserido na educação através da medida provisória nº 1025 em 31 de dezembro de 2020 e tem como objetivo ser

> [...] uma proposta de organização curricular desenvolvida especialmente para cada educando com deficiência, que tem o objetivo de nortear a mediação pedagógica do professor e de desenvolver os potenciais ainda não consolidados do aluno. Nesse sentido, o PEI contém os objetivos e as metas que nortearão o ensino desses alunos, bem como todo o histórico de aprendizado, inclusive os conteúdos que os estudantes já dominem previamente. (BRASIL, 2020)

Para cumprir tais objetivos algumas adequações na forma de ensinar são necessárias, como utilizar áreas de interesse do aluno para o desenvolvimento das atividades, fazer uso de imagens e canções e principalmente a adequação curricular periódica. Ademais, a equipe multidisciplinar é de extrema importância no desenvolvimento do PEI, haja vista que é um método de ensino colaborativo que visa a articulação entre ensino regular e profissionais capacitados (Barbosa e Carvalho, 2019, p. 17).

Vale ressaltar que a individualização do plano não é sinônimo de segregação e sim de adequação e inclusão para que a participação de todos os alunos seja de forma efetiva e justa, afinal a escola também é um ambiente de socialização e o plano Educacional Individualizado deve estar contido no planejamento escolar. Assim sendo, segundo Guimarães e Machado (2024) “o PEI é um importante instrumento para que a real inclusão escolar ocorra. Sem ele, não há inclusão”.

Outro método para a inclusão é o Atendimento Escolar Especializado (AEE), que foi regulamentado pelo decreto nº 6.571 em 2008 e possui como função “ [...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” (BRASIL, 2008). Dessa forma, o AEE é uma parceria entre o professor e o educador especializado, para que os objetivos sejam alinhados visando extinguir as barreiras educacionais ainda presentes no ensino regular.

É importante ressaltar que o profissional precisa ser especializado em educação especial e inclusiva, haja vista que não são apenas os alunos com Transtorno do Espectro Autista que se beneficiam desse atendimento, e sim todos aqueles com alguma deficiência ou transtorno, altas

habilidades e superdotação. Para todos os casos é necessária uma adequação curricular, uma vez que, as atividades propostas não substituem o plano de ensino, somente o complementam.

5 RELEVÂNCIA SOCIAL

O presente projeto possui relevância na formação de psicólogos, principalmente para aqueles que irão seguir na área escolar, além de ter suma importância acadêmica, visto que poderá fazer parte de futuras pesquisas relacionadas ao tema e no auxílio para uma melhor inclusão social e escolar de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista. Faz- se necessário destacar a relevância que o projeto traz no quesito de crescimento pessoal e profissional, haja vista que, ao pesquisar sobre o tema, cada vez mais o entendimento sobre este aumenta.

6 MÉTODOS E MATERIAIS

O tema que foi estudado, possui grande importância para futuras melhorias no âmbito pedagógico. Dessa forma, a metodologia escolhida contribui para ampliar a visão acerca do assunto e disponibilizar embasamento teórico para futuros estudos, haja vista que os equipamentos a serem utilizados serão entrevistas dirigidas, depoimentos e observação atenta aos fatos.

Espera-se com a pesquisa que o autismo seja objeto de estudo e resulte em um trabalho de preparação dos profissionais e ambiente escolar. Os resultados serão divulgados nas escolas trabalhadas e discutidos com os envolvidos.

6.1 PROTOCOLO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA: 6.905.616.

Inicialmente a pesquisa se basearia no formato de entrevistas dirigidas, depoimentos e observação, tendo com participantes alunos do 5º ao 9º ano com Transtorno do Espectro Autista de escolas públicas ou particulares, seus respectivos responsáveis e professores de rede pública ou particular que dessem aulas para alunos com TEA do 5º ao 9º ano. Todavia, o Comitê de Ética teve uma demora inesperada para aprovar o projeto e diante desse fato não foi possível realizar nesse modelo. A forma encontrada para a realização do projeto, sem que houvesse prejuízo, foi a utilização de questionários online com as mesmas perguntas que seriam feitas nas entrevistas, mas sem a observação e nem a participação dos alunos. Foram obtidas as respostas dos responsáveis e professores.

Devido ao fato de o projeto promover a inclusão social e escolar, faz-se necessária a entrevista com alunos que possuam o Transtorno do Espectro Autista, com seus respectivos professores, uma vez que compreender a forma como o docente trabalha com a criança é tão importante quanto a opinião dessa e também com seus responsáveis, com o objetivo de obter uma opinião acerca da relação aluno-professor.

Os participantes principais serão: um grupo composto por 10 alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista, residentes da cidade de Assis - SP, sendo eles: 5 do ensino público e 5 do ensino privado, estudantes do sexto ao nono ano no ensino regular de rede pública ou privada, meninos ou meninas de 10 a 14 anos, independente de raça, classe social e orientação sexual.

Aos sujeitos responsáveis pela socialização dos participantes principais, também serão entrevistados, sendo 10 professores, 5 da rede pública e 5 da rede privada, sejam homens ou mulheres, com o ensino completo, lecionando na sexta à nona série da rede pública ou privada, as quais os alunos entrevistados com Transtorno do Espectro Autista sejam regulares da sua classe de aula, independente de raça, idade, classe social e orientação sexual e um dos responsáveis direto das crianças, total de 10 responsáveis. O total da amostra será de 30 pessoas.

O plano de recrutamento consistiu na identificação das crianças e ou adolescentes com Transtorno do Espectro Autista- TEA, encaminhamento da carta convite a todos os participantes, especificando que a participação desses irá acontecer através de entrevistas e observação, no caso dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, e que a sua retirada da pesquisa será permitida a qualquer momento. À Escola Estadual José Paschoalik foi entregue o termo de intenção de pesquisa, o qual já foi devidamente assinado pelo diretor, esperando apenas a aprovação do comitê de ética para dar início ao projeto.

Vale ressaltar que todos os sujeitos receberam o devido termo de consentimento e intenção de pesquisa.

À princípio para a realização do estudo, foi utilizada a Pesquisa Bibliográfica através de livros e artigos na internet, objetivando uma melhor compreensão e produção do projeto. O seguinte passo consiste na entrega de questionários, com questões abertas, de natureza interpretativa, que poderão ser respondidas em casa e entregues em datas estabelecidas pelas partes. A pesquisa tendo uma abordagem qualitativa que utilizará os instrumentos de questionário aberto semiestruturado e observação para coleta de dados, conseguirá fazer um levantamento da situação atual das condições de trabalho dos professores, das dificuldades enfrentadas pelos cuidadores e autistas.

Para os professores foram entregues um questionário com 15 questões, incluindo dados pessoais (nome, idade, escolaridade) e questões voltadas para uma análise da formação pessoal, análise da condição de trabalho e sua prática cotidiana.

Para os cuidadores o questionário contou com 14 questões abertas, incluindo dados pessoais, data do recebimento do laudo, reação, dificuldades encontradas na educação e na inclusão.

Para os alunos autistas de nível I, a entrevista acontecerá em horário de uma aula, que será estipulado pela equipe gestora, em uma sala tranquila e ambiente controlável, com a presença de uma Terapeuta Ocupacional - TO, caso seja necessário.

Para as crianças autistas de nível II e III, com dificuldade de comunicação, será observado a dinâmica da sala de aula levando em consideração as seguintes questões:

1. **Estado emocional que entra na escola- nível de estresse no momento da entrada.**

   Ótimo – sem resistência

   Bom- com momentos de resistência

   Ruim – Resistindo a entrar na escola

2. **Relação com professores**

   Ótimo – interage bem

   Bom- com momentos de resistência

   Ruim – Resistindo na interação

3. **Relação com colegas de sala**

   Ótimo – interage bem

   Bom- com momentos de resistência

   Ruim – Resistindo na interação

4. **Participação nas atividades de sala de aula**

   Ótimo – interage bem

   Bom- com momentos de resistência

   Ruim – Resistindo na interação

5. **Participação das atividades fora da sala de aula.**

   Ótimo – interage bem

   Bom- com momentos de resistência

   Ruim – Resistindo na interação

   Aula que o aluno mais participa e interage:_____

   Aula que o aluno menos interage: _____

A coleta de dados foi realizada através da aplicação dos instrumentos acima citados: entrevistas, depoimentos e observação, além do estudo de caso dos sujeitos envolvidos. A análise aconteceu fazendo um cruzamento das informações obtidas e trazendo embasamento teórico.

O presente estudo, iria fazer uso de instituições escolares, públicas e privadas da cidade de Assis – SP, como local escolhido para a investigação e utilizará cerca de 3 meses para a realização da pesquisa.

Primeiro foi realizada a Pesquisa Bibliográfica utilizando artigos e teses encontrados na internet e livros. Após isso, será realizada Pesquisa Qualitativa com questionário aberto, de natureza interpretativa, para os professores, cuidadores e alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA, como também observação dos alunos durante o período escolar. Por fim, será realizado análise dos instrumentos coletados durante as entrevistas e observação.

Por fim, para a garantia da boa realização do projeto, os critérios de inclusão e exclusão, bem como os riscos e benefícios foram apresentados aos participantes. Dos critérios de inclusão incluem-se: alunos da rede pública ou particular com Transtorno do Espectro Autista, de 10 a 14 anos, cursando do sexto ao nono ano; professores de rede pública ou privada que deem aula a esses alunos, de qualquer idade, raça, classe social e orientação sexual e os respectivos responsáveis das crianças com TEA, independente de classe social, raça, idade, orientação sexual e sexo.

Já o critério de exclusão: Não participaram alunos que tinham entre 10 e 14 anos, estudam na rede privada ou particular, pertencentes da sexta à nona série, porém não tenham TEA; alunos que possuam o Transtorno e que não se encaixem na idade prevista (10 a 14 anos); qualquer aluno que não possui Transtorno do Espectro Autista; professores de rede pública ou privada que deem aula do sexto ao nono ano e que não possuam alunos com TEA em sua sala de aula; professores da rede pública ou privada que não lecionam na sexta à nona série; pais ou responsáveis que não possuam filhos com Transtorno do Espectro Autista e pais ou responsáveis que possuam filhos com o Transtorno sem atingir a idade escolhida (10 a 14 anos).

Para acesso aos questionários vide apêndice.

7 RESSALVAS ÉTICAS

Os riscos calculados conferem à possível timidez, nervosismo e/ou constrangimento e disponibilidade de tempo para a entrevista, sendo eles de baixa gradação.

Os benefícios diretos são: gerar autoconhecimento e participação na descoberta dos enfrentamentos relacionados a alunos com TEA, assim como na possível melhoria destes.

Já os benefícios indiretos foram: conhecimento da realidade para possíveis melhorias, possibilidade de repensar práticas pedagógicas e participação na obtenção de dados para a criação de futuras estratégias que solucionarão os problemas de inclusão social e escolar.

Como forma de minimizar e prevenir os riscos, os participantes puderam se retirar da pesquisa a qualquer momento e será dado um tempo para que ele possa se recuperar e decidir se deseja continuar ou não com a entrevista. Se for percebido que o

sujeito está de alguma forma desconfortável, o pesquisador poderá interromper a pesquisa e disponibilizar o tempo que for necessário para o entrevistado se tranquilizar. Se o sujeito desejar não retornar para a entrevista, esta será imediatamente encerrada.

8 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para a obtenção dos resultados foram realizados dois questionários online, um para os cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista e outro para os professores. Ambos foram colocados numa rede de profissionais, na qual uma fonoaudióloga e alguns professores se dispuseram a ajudar na divulgação. Sendo assim, para que haja uma melhor compreensão, os resultados serão apresentados em duas categorias: Questionário para os cuidadores e Questionário para os professores.

8.1 QUESTIONÁRIO PARA OS CUIDADORES

O questionário teve como objetivo analisar a visão dos cuidadores em relação à escola, para isso foram realizadas perguntas com o objetivo de identificar as principais demandas e provocar uma reflexão. A principal demanda observada foi em relação à inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista na escola regular e o preparo dessas.

A primeira tabela diz respeito aos dados demográficos dos cuidadores entrevistados. Como é possível observar, a maior parte dos entrevistados possui faixa etária entre 26 e 46 anos e as idades que não apareceram estão entre 46 e 65 anos. Em relação à escolaridade, 7 participantes completaram o ensino superior, 6 finalizaram o Ensino Médio e apenas 1 não completou o Ensino Fundamental, entretanto nenhum entrevistado seguiu os estudos para um mestrado ou doutorado.

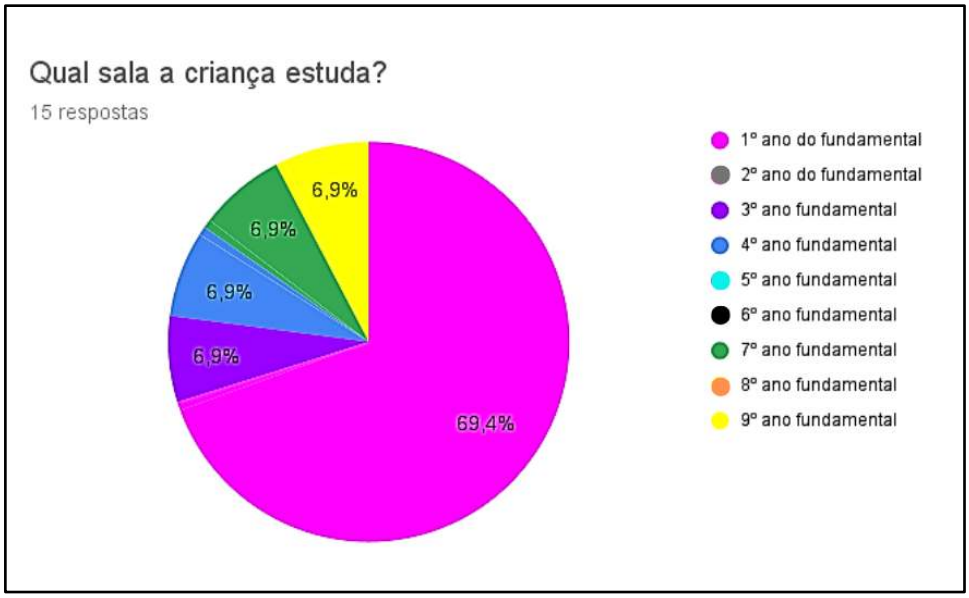
Tabela 1 - Dados dos cuidadores

		Quantidade de respostas
Idade	Entre 18 e 25 anos	2
	Entre 26 e 35 anos	5
	Entre 36 e 45 anos	8
	Entre 46 e 55 anos	0
	Entre 56 e 65 anos	0
	Mais que 65 anos	0
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	1
	Ensino fundamental completo	1
	Ensino médio incompleto	0
	Ensino médio completo	6
	Ensino superior incompleto	0
	Ensino superior completo	7
	Mestrado	0
	Doutorado	0

Os dois primeiros gráficos servem para contextualizar a sala em que a criança está matriculada e se a escola é de ensino público ou particular, vale ressaltar que todas as crianças, cujo responsáveis foram entrevistados, frequentam uma instituição regular de ensino.

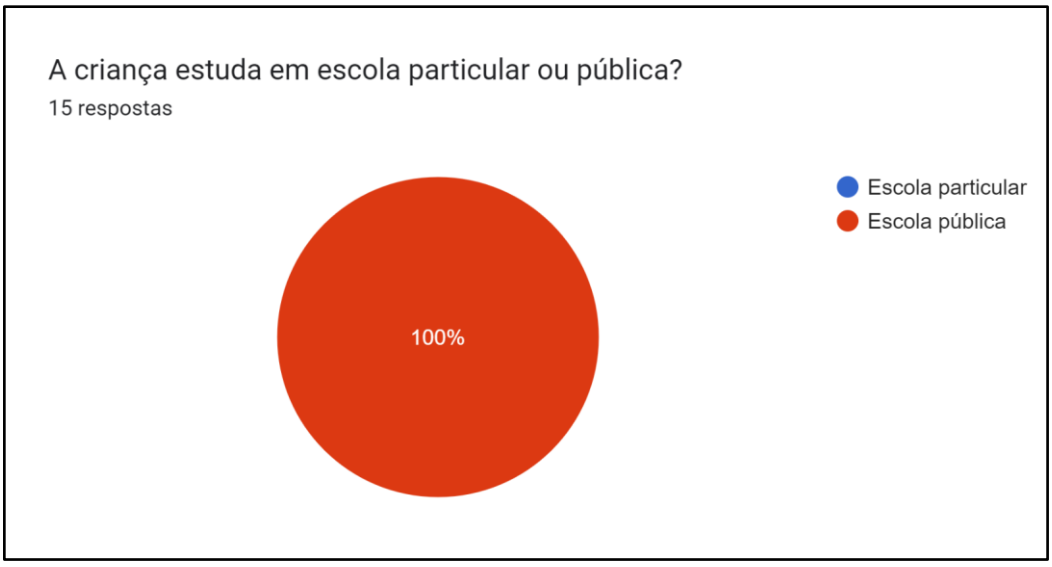
É possível observar que, no Gráfico 1 as seguintes salas do Ensino Fundamental: 2º, 5º, 6º e 8º anos não apareceram, isso ocorreu devido ao fato do questionário ter sido online e por esse motivo não foi possível obter respostas de cada uma das salas. Ademais, a maioria (69,4%) dos cuidadores alegou que as crianças estudam no 1º ano, isto é na base do currículo escolar, por isso o investimento em professores capacitados se faz tão necessário, para que desde o começo as crianças possam ser inseridas na sociedade de forma eficaz.

Gráfico 1



A pergunta do gráfico 2 pretendeu analisar se a criança estuda em escola de rede pública ou particular. A intenção era que a pesquisa fosse realizada com metade dos alunos do ensino particular e metade do ensino público, todavia, pelo questionário ter sido feito de forma online, somente foi possível obter respostas dos responsáveis, cujo as crianças estão matriculadas na rede pública.

Gráfico 2



A maior parte dos pais alegou que as escolas não oferecem o apoio que a aluno necessita e que os professores não são capacitados para lidar com uma criança com o transtorno, a cuidadora T.R. relatou que “a maior dificuldade ao inserir uma criança em uma escola regular é que não há um suporte necessário para a aprendizagem” e a entrevistada S.C. disse que “a escola não está preparada para receber o diferente, não conseguem realizar um plano de ensino individualizado para atender a demanda”. É importante deixar claro que a inclusão não acontece somente em alguns momentos, a

criança deve ser incluída em todas as atividades escolares, o que de acordo com o relato dos pais não ocorre.

Outra questão abordada foi a respeito do nível de preparação das escolas para receber um aluno com TEA. A maioria relata que a escola não está habilitada para tais alunos, segundo a responsável S.C. “Não, poucos profissionais têm a formação adequada para elaborar um PEI de verdade, e a quantidade de alunos por sala é muito grande, dificultando a atenção da criança que já não gosta de barulho e agitação”. Tal alegação revela a importância da contratação de mais profissionais capacitados para que todas as demandas sejam atendidas, haja vista que a grande quantidade de alunos em sala de aula também é um fator que influencia na aprendizagem.

Ao serem questionados sobre o que a instituição poderia melhorar, algumas respostas obtidas foram: “Gostaria que todas as crianças fossem tratadas de forma diferente, com tratamento diferenciado e dignidade. Mais atenção da parte da escola ajudando nas dificuldades de cada um, contratando e treinamento pessoas para dar qualidade de vida para essas crianças enquanto está na escola.” (cuidador H.G.), “Mais capacitações para docentes e mais funcionários para auxiliar os alunos autistas.” (cuidador M.A.) e “A criação de salas com número de alunos reduzido, um olhar específico para cada aluno e um plano de como é a melhor maneira de ajudar essa criança a aprender de maneira produtiva.” (cuidador S.C.).

Em suma, ouvir a demanda dos cuidadores se mostrou de extrema importância, uma vez que eles são os principais responsáveis pelas crianças e os que mais sentem a falta de zelo das escolas. Ao observar as respostas do questionário, ficou claro que a necessidade de contratar professores capacitados e promover a conscientização, é crucial para que uma boa inclusão escolar e social seja proporcionada a todos aqueles que dela necessitam, ademais, incluir garante um bom funcionamento moral da sociedade, afinal excluir indivíduos por serem diferentes já não deve ser mais aceito.

8.2 QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

O questionário para professores buscou expor a visão dos professores que dão aula para alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista, para isso foram realizadas perguntas que pudessem trazer as questões mais urgentes acerca da inclusão e suas dificuldades, para que dessa forma, uma reflexão em busca de melhorias no âmbito escolar fosse instigada. As principais demandas analisadas dizem respeito à grande quantidade de alunos dentro da sala de aula, inexistência de uma equipe multidisciplinar, escassez de formações continuadas e falta de apoio vindo da escola.

A tabela 2 mostra os dados dos docentes entrevistados, é possível observar que todos possuem o Ensino Superior completo, contudo não deram continuidade à sua formação. A idade mais presente está entre 46 e 55 anos, seguida dos entrevistados com idade entre 36 e 45 anos, ou seja, a maioria dos professores possui um tempo de carreira relativamente longo. Em relação às salas que eles

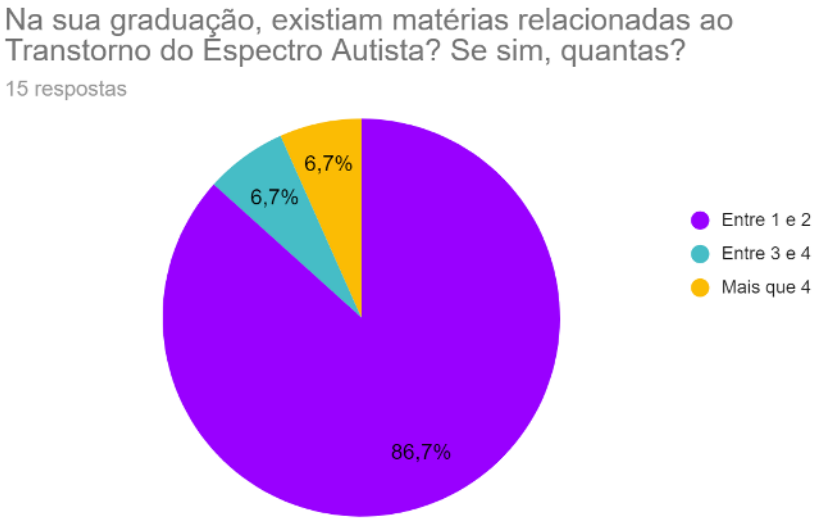
ministram as aulas, é possível observar que há um número maior de salas do que de participantes, isso se dá devido ao fato de 6 docentes darem aula em mais de uma turma. A sala de recursos multifuncionais pode ser entendida como uma sala de apoio às crianças que carecem, por exemplo, de mais silêncio para se concentrar, que precisam andar para se acalmarem e qualquer outra necessidade que não pode ser atendida em uma sala de aula comum.

Tabela 2 - Dados dos professores

		Quantidade de respostas
Idade	Entre 18 e 25 anos	0
	Entre 26 e 35 anos	1
	Entre 36 e 45 anos	7
	Entre 46 e 55 anos	8
	Entre 56 e 65 anos	0
	Mais que 65 anos	0
Escolaridade	Ensino superior completo	16
	Mestrado	0
	Doutorado	0
Sala que ministra as aulas	Ensino Infantil	2
	Ensino Fundamental I	11
	Ensino Fundamental II	3
	Recursos Multifuncionais	2
	Mais de uma sala	6

O gráfico 3 tem como objetivo revelar a quantidade de matérias, relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, existentes durante a graduação dos professores. Percebe-se que a maioria (87,5%) dos entrevistados relatou que apenas 1 ou 2 matérias estão presentes nas grades de uma universidade com duração de 4 anos, esse fato é relevante para a discussão e provoca reflexão, já que deixa evidente que a falta de preparo dos profissionais de educação vem desde a faculdade.

Gráfico 3



A importância de discussões acerca do transtorno fica ainda mais nítida ao observar a realidade das escolas atualmente, na qual educadores estão despreparados e não possuem o conhecimento necessário para estar em sala de aula com um aluno que possua TEA, assim sendo, fica claro que, apesar de existir essa falha na grade curricular das universidades, a instituição escolar também deve ser responsável por oferecer cursos de capacitação para tais profissionais, visando um aprendizado para todos os alunos. A instituição escolar ainda requer muitas mudanças para que seja um ambiente inclusivo, de acordo com o professor G.M. “Na verdade é o professor que busca alternativas, meios de conseguir incluir e trabalhar com o aluno, não temos formação e preparo por parte da instituição”, em concordância o entrevistado A.P. diz “Em nossa formação pedagógica a ampla maioria dos professores não são formados em educação especial.” Assim sendo, fica claro que a formação contínua para profissionais da educação é primordial para que a inclusão aconteça, afinal é preciso conhecer o assunto para ter domínio sobre ele e quebrar os paradigmas ainda existentes na sociedade.

Outra questão levantada diz respeito à grande quantidade de alunos em sala de aula. O docente T.B. relatou que “É difícil quando o aluno não possui um professor auxiliar para acompanhar. O aluno autista demanda acompanhamento e em salas de aula com mais de 40 alunos fica muito difícil dar essa atenção. É ainda mais difícil, quando não sabemos o grau do autismo do aluno e não temos formação de educação especial para saber lidar com o aluno na sala de aula e na adaptação curricular. Então trabalhamos sempre na forma de tentativa e erro.” Essa demanda foge do controle dos professores e até mesmo da escola, entretanto há alternativas que podem ser utilizadas para minimizar os danos causados, como por exemplo a contratação de mais professores auxiliares para estar em sala e a divisão de funções. A equipe multidisciplinar torna-se então de extrema importância, haja vista que profissionais de várias áreas são importantes para um bom funcionamento escolar, ao se ter uma equipe

com professores, psicólogos, diretores e fonoaudiólogos o caminho para a autonomia e a inclusão torna-se mais fácil.

No fim do questionário os entrevistados responderam uma pergunta com o que seria o ensino ideal para alunos com Transtorno do Espectro Autista e algumas respostas obtidas foram: “A forma de ensino que desenvolva a autonomia, para que esse aluno esteja preparado para ter uma carreira profissional, sendo o que ele quiser ser. E não mantendo presos com P.A e cuidadores que cortam toda a autonomia e colocam em um lugar de incapaz. A formação ideal é aquela que luta contra o capacitismo.” (professor A.B.), “Seria através do PEI (Plano de Ensino Individualizado), eu acredito que cada indivíduo é único e que todos têm potencial para o aprendizado, cabe a nós professores adaptar o conteúdo a necessidade de cada aluno.” (professor R.B.) e “aprimorar o atendimento para que as necessidades específicas dos indivíduos sejam atendidas de forma abrangente, contemplando aspectos pedagógicos, sociais e emocionais, com flexibilidade de horários e carga horária personalizada.” (professor C.R.)

Sob esse viés, foi possível observar que a escola ainda precisa evoluir em vários aspectos, como capacitação e apoio aos professores, melhorias no entendimento sobre o TEA e uso de uma equipe multidisciplinar. Tais progressos são cruciais para uma boa inclusão, afinal a instituição escolar é um meio de promover a conscientização e de formar indivíduos sem preconceitos e empáticos com o próximo. É na escola que a semente da mudança é plantada e desenvolvida, para que na sociedade, essas crianças possam prosperar e instigar a mudança a todo momento, gerando assim um grupo social coeso e livre de prejulgamentos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é de suma importância para um melhor entendimento acerca dos impasses ainda existentes na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista. No decorrer da pesquisa foi possível perceber que, apesar do número de discussões relacionadas ao tema terem aumentado, o assunto ainda requer muita reflexão e estudo e psicólogos tornam-se então, essenciais na propagação de mais informações referentes à uma inclusão efetiva, visando gerar indivíduos mais conscientes na sociedade. Isto posto, pretendo continuar minha formação buscando sempre aumentar meu conhecimento acerca do assunto, de forma que possa escrever artigos que levem à reflexão e conscientização.

À princípio, os resultados esperados visavam demonstrar a importância do conhecimento da educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista, a fim de transformar o ambiente escolar, além de levar os professores e as instituições escolares a pensarem sobre como a inclusão escolar proporciona um desenvolvimento pessoal necessário para uma boa inserção na sociedade. Devido à mudança inesperada da amostra, pode-se dizer que os objetivos foram parcialmente atendidos, haja

vista que não foi possível realizar a pesquisa com os participantes inicialmente escolhidos, todavia a reflexão teórica e prática não foi prejudicada, afinal ainda pude ouvir cuidadores e professores de crianças com TEA e analisar quais eram as demandas mais urgentes.

Ao longo da pesquisa ficou perceptível como o professor é a figura central no processo de aprendizado e inclusão da criança, por ser o detentor do conhecimento naquele momento, o docente deve amar o que faz, além de estar disposto a se aperfeiçoar constantemente. Segundo Cunha (2022), " o aluno não pode mais ser excluído da construção da sua aprendizagem, pois aprende nas suas trocas no mundo afetivo e social [...]", nessa fala fica claro que a criança deve ser a principal peça para a obtenção do conhecimento, então ao excluir um aluno das interações socioafetivas, sua educação fica prejudicada. É preciso que a escola como um todo fique atenta nesse processo, inclua o aluno em todas as atividades e faça as adaptações necessárias.

Sob esse viés, é imprescindível destacar que a escola é o ambiente mediador da família e sociedade e é através dela que as mudanças sociais são possíveis. À vista disso, é crucial que os docentes tenham uma formação continuada, a fim de aprimorar cada vez mais o cenário escolar e garantir que todos tenham o acesso à uma educação de qualidade. Não somente os professores, mas a equipe que rege a escola também precisa estar em consonância com as demandas que os cuidadores trazem, sejam elas em relação à vida cotidiana escolar ou alguma dificuldade em certas matérias. É dever da instituição escolar proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor, que não exclua nenhuma criança pelas suas dificuldades, afinal é a partir da inclusão escolar que a inclusão social é possível.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUMPÇÃO JR, Francisco B.; PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 22, p. 37-39, 2000.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. Revista Educação Especial, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.

BIALER, Marina; VOLTOLINI, Rinaldo. Autismo: história de um quadro e o quadro de uma história. Psicologia em Estudo, v. 27, p. e45865, 2022.

BIGI, De Pietro Marissa. De mãos dadas com as crianças autistas: a inclusão no ensino regular. 2018. n. 44. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2018.

BONATTO BRAGIN, J. M. Antecedentes da Educação de Autistas no Brasil: Teorias políticas e suas influências nas práticas pedagógicas em centros de atendimento educacional especializado. Revista Fermentario, n. 5, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Psicologia & Sociedade, v. 21, p. 65-74, 2009.

CAMPOS, Rodrigo Carneiro de. Transtorno do Espectro Autista–TEA. Sessões Clínicas em Rede - Atualização Técnica, abril de 2019.

COUTINHO, J. V. S. C.; BOSSO, Rosa Maria do Vale. Autismo e genética: uma revisão de literatura. Revista Científica do ITPAC, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2015.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Editora Wak, 2022.

DE MOURA EVÊNCIO, Kátia Maria; FERNANDES, George Pimentel. História do Autismo: Compreensões Iniciais/The History of Autism: Initial Understandings. Revista de Psicologia, v. 13, n. 47, p. 133-138, 2019.

FRANÇA, F. K. et al. A importância de pensar as interações sociais para o desenvolvimento de crianças autistas. 2022. n. 16. Universidade São Francisco, 2022.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP, v. 31, 2020.

GRIESI-OLIVEIRA, Karina; SERTIÉ, Andréa Laurato. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. Einstein (São Paulo), v. 15, p. 233-238, 2017.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A produção científica brasileira sobre autismo na psicologia e na educação. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 31, p. 303-309, Universidade Federal de Rondônia, 2015.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, p. 117-130, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos. Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade-LEPED/UNICAMP, 1993.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. Estilos da Clínica, v. 19, n. 2, p. 244-262, 2014.

MAGAZINE, Time. Medicine: Frosted Children. 1948. Disponível em: https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,798484,00.html. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 15 de julho de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, OMS. CID 11 – Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. 2022. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OPAS. Transtorno do espectro autista. s.d. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista. Acesso em: 20 de julho de 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012. p. 169.

OWEN-DESCHRYVER, Jamie S. et al. Promoting social interactions between students with autism spectrum disorders and their peers in inclusive school settings. Focus on Autism and other Developmental Disabilities, v. 23, n. 1, p. 15-28, 2008.

QUEIROZ, Maria Conceição Cordeiro et al. O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas. Revista de Trabalhos Acadêmicos Universitários, Salvador, 2017.

RAPIN, Isabelle; GOLDMAN, Sylvie. The Brazilian CARS: a standardized screening tool for autism. Jornal de Pediatria, v. 84, p. 473-475, 2008.

RUBLESCKI, A. F. A caminho da escola...: um estudo sobre a educação integrada de crianças com autismo e psicose infantil. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, C.; SANTOS, Herica Carmen dos; SANTANA, Maria Jussara. O processo de aprendizagem de crianças autistas. v. 20, p. 22, 2016.

SCHMIDT, Carlos. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. Psicologia em Estudo, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2017.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

TEODORO, Graziele Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. Research, Society and Development, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES:

1. Nome completo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Tempo de trabalho na área:
5. Salas/ano que ministra as aulas?
6. Quais as maiores dificuldades encontradas ao ter uma criança com Transtorno do Espectro Autista- TEA, numa escola regular?
7. Você acha que a instituição oferece o preparo necessário para incluir a criança com TEA na sala de aula? Por quê?
8. Na sua graduação, existiam disciplinas voltadas para desenvolver aluno com Transtorno do Espectro Autista? Caso afirmativo especifique.
9. Como você lida com as possíveis crises em sala de aula?
10. Há comunicação com os pais? Caso afirmativo explique qual a forma de comunicação e os principais assuntos.
11. As crianças são incluídas em todas as atividades? Como?
12. Se você pudesse mudar algo, o que seria?
13. Como a escola lida com a seletividade alimentar e as estereotipias?
14. A escola explica aos demais alunos o que é o Transtorno do Espectro Autista-TEA?
15. Para você, qual seria a forma de ensino ideal para alunos com TEA?

QUESTIONÁRIO DOS CUIDADORES:

1. Nome completo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Quando desconfiou que seu filho(a) tinha Transtorno do Espectro Autista? Qual a sua reação ao receber o laudo?
5. Quais as maiores dificuldades encontradas no cuidar e educar uma criança com Transtorno do Espectro Autista?
6. Encontrou dificuldade em matricular seu filho(a) em uma escola? Caso positivo, quais?
7. Você está satisfeito(a) com a escola? Por quê?
8. Acha que algo poderia melhorar? Caso afirmativo especifique?
9. Você acha a escola preparada para receber alunos com Transtorno do Espectro Autista?
10. A escola mantém uma comunicação frequente com você?
11. A criança é incluída em todas as atividades? Caso negativo, quais atividades ela não participa?
12. A criança possui seletividade alimentar? Se sim, como a escola lida com esse fator?
13. Se você pudesse mudar algo, o que seria?
14. Para você, qual seria a forma de ensino ideal para alunos com TEA?